

# Dia do Trabalho provoca reflexão sobre reformas

Em meio à polêmica da Reforma Trabalhista, o Dia do Trabalhador, celebrado hoje, é momento de reflexão sobre as perdas de postos de trabalho e queda da renda nos últimos dois anos, além de fomentar o debate sobre o futuro da classe trabalhadora no País. **PÁGINAS A8 E A12**

1º DE MAIO III REFLEXÃO

# Em seu dia, trabalhador reflete sobre as perdas

Desemprego na RMC atinge 233.975 pessoas e muitas vivem de bicos

Adriana Leite  
DA AGÊNCIA ANHANGUERA  
aleite@rac.com.br

Em meio à polêmica gerada com o projeto da Reforma Trabalhista aprovado rapidamente pela Câmara dos Deputados na semana passada, o Dia do Trabalhador, celebrado hoje, será de refletir sobre as perdas de postos de trabalho e queda da renda nos últimos dois anos, e o debate sobre o futuro da classe trabalhadora no País. Entre 2015 e 2017, a quantidade de trabalhadores informais (sem carteira assinada) aumentou 22,40% na Região Metropolitana de Campinas (RMC). Estudo realizado pela Associação Comercial e Industrial de Campinas (Acic) mostra que havia 918.903 pessoas trabalhando, sem um contrato formal, em março deste ano. Em 2015, eram 668.927 pessoas.

**Há dois anos eram 918.951 contratos; hoje são 845.259**

O crescimento da informalidade foi impulsionado pela alta do desemprego gerado pela crise econômica e também a precarização das condições de trabalho. Vivendo de bicos ou em trabalhos que não garantem todos os direitos, os trabalhadores sofrem com salários mais baixos. A atual taxa de desemprego na RMC está em 12,33% da População Economicamente Ativa (PEA), que corresponde a 233.975 pessoas desocupadas.

O estudo da entidade aponta que, na outra ponta da balança, as contratações formais caíram no mesmo período. Conforme os dados, há dois anos o mercado de trabalho da RMC tinha 918.951 pessoas contratadas com registro em carteira. Em março deste ano, a quantidade caiu para 845.259 pessoas. A queda foi de 8,01%.

A mão de obra ocupada (soma das contratações formais e informais) apresentou um acréscimo nos dois últimos anos. O estudo da Acic aponta que a quantidade subiu de 1.587.878 de pessoas para 1.664.062 pessoas. A alta foi de 4,79%. A PEA avançou 11,35% nos dois anos. A quantidade de pessoas de 14 a 65 anos aptas a atuar no mercado de trabalho subiu de 1.704.465 pessoas para 1.898.037 pessoas na comparação entre março de 2015 e igual mês deste ano. O mercado de trabalho local ganhou 193.572 novos trabalhadores, mas o número de vagas ofertadas e as contratações caíram com o aprofundamento das crises política e econômica.

O coordenador do Departamento de Economia da Acic, Laerte Martins, afirma que o crescimento da informalidade tem impacto direto na renda e reflete no movimento do comércio. "Com a escassez de vagas de trabalho no mercado formal, muitas pessoas que ficaram desempregadas conseguem renda fazendo bicos. Outras aceitam trabalhar mesmo sem ter um contrato de trabalho. O desemprego provocou uma alta da informalidade na RMC", comenta.

## SAIBA MAIS

Entidades sindicais, movimentos sociais e trabalhadores vão realizar atos em comemoração ao Dia do Trabalhador no Centro de Campinas, após a missa do Trabalhador que ocorrerá às 9h, na Catedral Metropolitana de Campinas.



A precarização do trabalho piora muito a situação e afeta a economia: carteira assinada é sonho da maioria

## Vagas raras, salários muito baixos e poucas garantias

**E**m 2015, o electricista Luiz Mário Silva ficou desempregado durante oito meses. Sem conseguir nada na sua área, ele decidiu fazer bicos como segurança à noite e vender salgadinhos feitos pela esposa durante o dia. "O mercado de trabalho está muito restrito. Está muito difícil voltar para um emprego com carteira assinada. Quando a gente arruma alguma coisa, o salário é muito baixo e não tem quase nenhum benefício", conta. Silva diz que o trabalho sem

registro é muito complicado porque tira os direitos mínimos como previdência. "Estou preocupado porque não estou recolhendo o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). O que eu ganho mal dá para pagar as contas do mês. Recebi uma proposta de uma empresa que eu não ia me contratar com carteira assinada. La fazer um contrato que não tinha direito nenhum e o salário era bem mais baixo do que meu último emprego", comenta. (AL/AAN)

Ele diz que a taxa de desemprego é uma das mais elevadas desde que a região metropolitana foi criada em 2000. "A RMC registra uma taxa de 12,3% da PEA sem uma ocupação. É um índice muito elevado. Como a economia não deve ter uma recuperação rápida, a tendência é que o desemprego continue elevado neste ano na região", avalia o economista, que lembra o impacto negativo na renda do brasileiro do desemprego e da informalidade. "Sem registro em carteira, fica difícil até de comprar no crediário", afirma.

**Precarização**  
O professor do Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia (Neit) do Instituto de Economia (IE) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Fernando Sarti, afirma que a precarização do trabalho tem efeitos sobre toda a economia. "Vivemos um momento de austeridade nos gastos públicos e redução da renda salarial. A precarização do trabalho piora muito a situação e afeta a economia. Com menos dinheiro no bolso, as pessoas consomem menos. Ninguém poupa. Só aumenta a desigualdade. É muito ruim

para a economia do País", critica.

Ele afirma que mudanças tão importantes como as reformas Previdenciária e Trabalhista só poderiam ser realizadas se fizessem parte de um programa de governo discutido com a sociedade. "O discurso é que as mudanças vão gerar mais empregos, trarão segurança jurídica para as empresas e vão reforçar o papel dos sindicatos. Na verdade, vão ampliar a precarização e reduzir custos das empresas. Nesse momento, com a crise econômica, precisamos de uma agenda que impulse os investimentos e gere mais renda", diz.

Os empresários defendem as reformas como a única forma de salvar o País. Na última semana, entidades como a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) se posicionaram a favor do projeto de Reforma Trabalhista. Em nota, a entidade informa que "entende aprovação do texto-base da Reforma Trabalhista na Câmara dos Deputados como um avanço para o segmento varejista e para mercado de trabalho brasileiro. Para a entidade que representa cerca de 450 mil lojistas em todo País, a mudança deve estar alinhada com as modernizações das leis trabalhistas já realizadas em vários países. Outro ponto importante é que a reforma estimulará a formalização dos postos de trabalho".